

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às 09h 21min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 21ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 28, que trata da suspensão temporária da perfuração de poços jorrantes; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Leandro Maraschin, Secretário Executivo do CEHIDRO em substituição e assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Srs. Luiz Gonzaga Toledo, representante da SEPLAN; Sras. Telma Luzia Monteiro e Vera Lucia Dias Lopes, representantes da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sr. Rivanildo Dallacort, representante da UNEMAT; Sr. Antônio Brandt Vechiatto, representante da ABAS; Sra. Vânia Tarcila Borges, representante da SANECAP; Sr. Décio Eloi Siebert, representante do IPAC; Sras. Alessandra Panizi e Souza e Maria Dilcéia Barbosa, representantes do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante da COORIMBATÁ. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando aos conselheiros que a mesma não seria presidida pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli devido ao mesmo encontra-se em viagem, representando a SURH no 1º Congresso da ABEMA. Em seguida, colocou em apreciação a Ata da 21ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, questionando aos conselheiros se existem alterações necessárias. Ninguém se manifestando, a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, passou aos informes e colocou aos conselheiros que foi definida a data do 9º Seminário estadual de Recursos Hídricos, com o tema “Nossas Águas em 1º Plano”, que será realizado de 14 a 16 de outubro de 2009 na Assembléia Legislativa, destacando que será encaminhado aos conselheiros que o convite será encaminhado por e-mail com as informações para a apresentação de trabalhos, ponderando que será também divulgado no site da SEMA. A conselheira Maria Dilcéia questionou se a apresentação dos trabalhos seria na forma de banner, sendo respondida pela Secretária do CEHIDRO que será tanto na forma de painel quanto apresentação oral. Dando continuidade, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que será necessária a mudança da data da 23ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, a qual seria realizada no dia 12 de novembro, devido a uma coincidência de datas com o Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, ponderando que a Secretaria Executiva sugere que a mesma seja

realizada no dia 05 de novembro. O conselheiro Antônio Vecchiato ponderou que deve se verificar se não há coincidência de data com o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro, Coordenador de Controle de Recursos Hídricos, que o mesmo será realizado entre os dias 22 a 26 de Novembro, não coincidindo com a data proposta para a reunião. O Secretario Executivo pois então em votação a alteração da data da 23ª Reunião Ordinária do dia 12 para o dia 05 de novembro, o que foi aprovado pelos conselheiros. A conselheira Telma Monteiro solicitou a Secretaria Executiva que fosse lembrado por e-mail aos conselheiros que será realizada a 1ª Conferencia Estadual de Saúde e Meio Ambiente de 20 a 23 de outubro, ainda sem local definido, destacando que é importante a participação de todos. O secretario Executivo colocou aos conselheiros que está ocorrendo o 1º Congresso da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, destacando que a SEMA enviou 25 representantes para a mesma, sendo que foram o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e a Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja como representantes da SURH no mesmo. Colocou aos conselheiros que foi realizada nos dias 05 e 06 de agosto, em Brasília, a Oficina de Detalhamento das Ecorregiões Aquáticas do Brasil, na qual a Secretaria do CEHIDRO participou. Destacou que esta oficina integra um esforço para a integração das políticas de meio ambiente e recursos hídricos por discutir temas de interface das mesmas, como ecorregiões aquáticas e vazão ecológica, sendo complementado pela Secretária do CEHIDRO que serão ao todo 4 oficinas de trabalho, onde serão discutidas estas interfaces, sendo que esta última apresentou uma metodologia para se definir estas Ecorregiões. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que ocorrerá o I Seminário Internacional do Programa Produtor de Água, promovido Pela ANA, entre os dias 26 a 28 de agosto, em Brasília, destacando que este programa visa remunerar os empreendedores que protegem os mananciais em sua propriedade e colocando que o conselheiro Décio Siebert irá dar um informe referente a este seminário no final da reunião. Informou aos conselheiros que ocorrerá nos dias 31/08 e 01/09 em Goiânia, o Fórum Nacional de Órgão Gestores da Água, na qual o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli representará a SEMA. Informou ainda que o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli representará a SEMA na 2ª Oficina da Rede de Recursos do projeto Sinergia, que ocorrerá em Buenos Aires, Argentina, entre os dias 02 e 04 de setembro, destacando que este projeto foi apresentado aos conselheiros na 19ª Reunião Ordinária, a qual ocorreu no dia 12 de março deste ano. Dando continuidade a pauta, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que seria apreciada a minuta de Resolução nº 28,

69 que trata da suspensão temporária da perfuração de poços jorrantes e convidou o Sr.
70 Nédio Carlos Pinheiro, presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS,
71 para apresentar a minuta aos conselheiros. O Sr. Nédio Pinheiro iniciou colocando aos
72 conselheiros que esta minuta de resolução já tinha sido apreciada na Plenária entretanto
73 ficaram alguns pontos a serem rediscutidos e acrescentado na CTAS. Destacou que a
74 SEMA já esta realizando um trabalho de levantamento dos poços problemáticos para se
75 ter um diagnostico do problema, bem como da necessidade de se suspender
76 temporariamente a perfuração. Em seguida, iniciou a leitura da resolução, destacando
77 que foram inseridos nas considerações os textos “Considerando a existência de poços na
78 Unidade de Planejamento e Gerenciamento do Rio São Lourenço – UPG P5 que jorram
79 ininterruptamente por não possuírem fechamento hermético, conforme artigo 34 da Lei
80 Estadual nº 8.097/2004”, “Considerando que a existência destes poços causa a
81 diminuição dos níveis potenciométricos na região e consequentemente a perda de
82 artesianismo dos mesmos” e “Considerando que dentre os princípios que norteiam o
83 Direito Ambiental destaca-se o principio da precaução, o qual busca se evitar a ocorrência
84 de dano ambiental quando não se tem certeza prévia do resultado” nas considerações
85 iniciais. Leu o artigo primeiro da resolução, destacando aos conselheiros que é necessário
86 se suspender temporariamente a perfuração para que se possa fazer o levantamento dos
87 poços e também se regularizar os poços já perfurados. A conselheira Telma Monteiro
88 questionou se não deveria estar explicitado que será feita essa suspensão para que seja
89 realizado um estudo de viabilidade na região, sendo respondida pela sra. Lilian Apoitia,
90 Analista de Meio Ambiente da SEMA, de que consta nas considerações iniciais a
91 motivação para essa suspensão, sendo complementada pelo conselheiro Antonio
92 Vecchiato que a existência do problema na região já e um fato documentado, ponderando
93 ainda que nesta versão da minuta foram acrescentadas as considerações iniciais que
94 fundamentam a necessidade da suspensão e o prazo em que a resolução ficaria em
95 vigor, destacando que foram estes os pontos que ficaram pendentes na ultima reunião. A
96 conselheira Telma colocou que deveria se explicitado que será realizado um estudo,
97 sendo ponderado pelo conselheiro Antonio Vecchiato que a intenção e que neste prazo os
98 proprietários de poços problemáticos se adéqüem, como consta no Artigo segundo, e não
99 necessariamente a realização de um estudo. O conselheiro Luiz Gonzaga colocou que na
100 ultima reunião do CEHIDRO se colocou que deveria ser feito um estudo para verificar a
101 viabilidade de se autorizar novas perfurações ou não, sendo colocado que a SEMA já esta
102 realizando este diagnostico da situação atual na região. A sra. Lilian Apoitia ponderou que

103 este prazo foi colocado por se considerar que neste período é possível se fazer o
104 levantamento dos poços em questão, destacando que o prazo pode ser menor. O
105 conselheiro Antonio Vecchiato colocou que durante a reunião da CTAS se decidiu fazer
106 uma resolução mais enxuta, porque fazer este levantamento dos poços é uma função do
107 Órgão Gestor e o mesmo já está sendo feito, destacando que pode ser feito, a parte desta
108 Resolução, e encaminhar uma moção ao Governo do Estado solicitando verba para que
109 se façam mais estudos nesta área, sendo complementado pelo Secretario Executivo que
110 o Plano Estadual de Recursos Hídricos já aponta nesta direção. O Sr Nédio Pinheiro
111 colocou que no Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, já fez estudos
112 em áreas de aquífero para se verificar a utilização do mesmo, inclusive com a realização
113 de audiência públicas. O conselheiro Decio Siebert colocou que deve se buscar fontes de
114 financiamento para estas pesquisas, sendo ponderado pelo conselheiro Rivanildo
115 Dallacort que já houve uma discussão em torno deste tema, sendo inclusive encaminhado
116 pela conselheira Edenir Serigatto qual o tema da linha de pesquisa a ser apresentado a
117 FAPEMAT. A Secretaria do CEHIDRO colocou que realmente esta discussão ocorreu,
118 entretanto ficou decidido que seria feita uma reunião com o presidente da FAPEMAT para
119 apresentar essa questão, não sendo possível fazê-lo antes de serem publicados os
120 editais referentes a este ano, complementado que ainda está ocorrendo esta
121 movimentação. A conselheira Vera Lopes ponderou que como todas as manifestações
122 estão sendo no mesmo sentido deveria ser colocado um artigo que trate da realização
123 deste estudo, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que o problema seria não ser
124 possível se realizar algo que consta nesta Resolução. O conselheiro Antonio Vecchiato
125 ponderou que não é função da SEMA fazer um estudo da área com a finalidade de
126 levantar dados científicos, o que está sendo feito pela mesma e somente um
127 cadastramento dos poços existentes, mas que o estudo científico forneceria dados de
128 forma a orientar a SEMA se é possível ou não outorgar determinado poço. O Sr Nédio
129 Pinheiro ponderou que a SEMA está na coordenação de um conjunto de ações para
130 solucionar este problema, inclusive com a participação do CPRM, o qual enfrentou um
131 problema parecido em Caldas Novas e com as universidades. A sra. Lilian Apoitia
132 ponderou que caso não se aprove esta resolução a outra opção de atuação da SEMA é a
133 aplicação da lei nº 8.097, com a atuação da fiscalização na região, o que contraria o
134 compromisso assumido pelo órgão no Diálogo das Águas realizado em Juscimeira, sendo
135 complementada pelo conselheiro Antonio Vecchiato que com a aprovação desta
136 resolução estamos fortalecendo a participação da sociedade, já que este foi um anseio

137 que partiu da mesma. O conselheiro Decio Siebert ponderou que é uma decisão tomada
138 com o devido respaldo, uma vez que na ANA temos diversas Resoluções publicadas
139 envolvendo proibições e no estado estamos apenas suspendendo temporariamente.
140 Destacou ainda que nesta minuta de Resolução temos um artigo muito interessante que
141 responsabiliza os responsáveis técnicos pela perfuração, ponderando que em uma no VI
142 Simpósio de Geologia do Centro Oeste, realizado em Cuiabá no período de 26 a 29.07,
143 foi apresentado um trabalho sobre o aquífero Parecis que mostrava dados alarmantes
144 sobre a utilização deste aquífero. A conselheira Alessandra Panizi colocou que deve ser
145 colocado que as instituições devem fazer estes estudos, porque desta forma possuímos
146 suporte jurídico para fazer uma posterior cobrança. A Secretaria do CEHIDRO sugeriu
147 que fosse feita uma outra resolução abordando a realização destes estudos, para que
148 eles possam ser ampliados para o Estado inteiro e os mesmos não fiquem confinados na
149 região foco da minuta em apreciação. O conselheiro Antonio Vecchiato questionou se
150 deveria ser feita uma moção ou uma resolução abordando este tema e se esta seria uma
151 competência do CEHIDRO, sendo respondido pela Secretaria do CEHIDRO que a
152 diferença seria na ênfase dada a questão, uma vez que a moção é uma solicitação,
153 enquanto a resolução tem força de lei, sendo complementada pela conselheira
154 Alessandra Panizi que é sim competência do CEHIDRO legislar sobre este tema, assim
155 como o fazem o CNRH e o CONAMA. O conselheiro Antonio Vecchiato Sugeriu então que
156 fosse feita uma Resolução separada tratando da necessidade de realização destes
157 estudos. O conselheiro Rivanildo Dallacort colocou que concorda que deva ser feita uma
158 resolução visando se fomentar os estudos, ponderando que a mesma deve ser vinculada
159 com a responsabilização dos perfuradores e dos responsáveis técnicos. A conselheira
160 Telma Monteiro colocou que concorda que devam ser feitas duas resoluções distintas,
161 para não se perder o foco desta minuta em discussão e para que os estudos abranjam
162 todo o Estado. O sr. Nédio Pinheiro questionou a conselheira Alessandra Panizi como
163 esta a discussão na Assembléia sobre o novo código ambiental, uma vez que o mesmo
164 recria o FEHIDRO, sendo respondido pela mesma que encontra-se parada, sendo
165 complementado pelo conselheiro Decio Siebert que no Congresso Nacional está tomando
166 corpo uma corrente que defende que só seja apreciado o novo código florestal nacional
167 após as eleições de 2010, e que caso este seja o entendimento prioritário, há grandes
168 possibilidades da Assembléia do Estado de Mato grosso acompanhar este entendimento.
169 A conselheira Alessandra Panizi questionou se não seria interessante colocar algo nesta
170 resolução e fazer também uma resolução mais geral tratando do fomento a pesquisa,

171 como uma forma de fortalecer o tema. O Conselheiro Rivanildo Dallacort ponderou que a
172 abertura de editais com demanda específica para esta área a questão já se resolve. O Sr.
173 Nédio Pinheiro sugeriu que a minuta de resolução seja mantida na forma como se
174 encontra e fosse apresentada na próxima reunião uma minuta de resolução tratando do
175 fomento a pesquisas. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que pode ser feita uma
176 resolução e uma moção, ambas tratando do fomento a pesquisas, sendo complementada
177 pelo conselheiro Decio Siebert que nestas poderiam inclusive ser indicadas áreas
178 prioritárias para as pesquisas. O Secretario Executivo colocou então em votação a versão
179 apresentada da minuta de resolução nº 28, que trata da suspensão temporária da
180 perfuração de poços jorrantes, a qual foi aprovada por unanimidade. O conselheiro
181 Antonio Vecchiato questionou então se será feito um grupo de trabalho para a elaboração
182 da minuta de resolução que trata do fomento a pesquisas em recursos hídricos,
183 ponderando que tem interesse em participar do mesmo. A conselheira Alessandra Panizi
184 sugeriu que esta discussão fosse feita na própria CTAS, sendo ponderado pela Secretaria
185 do CEHIDRO que seria mais interessante que a mesma fosse feita fora da CTAS, de
186 forma a ser uma Resolução de alcance mais global, ponderando que a Secretaria
187 Executiva pode elaborar uma minuta da mesma e apresentá-la na próxima reunião,
188 ficando acordado que o conselheiro Antonio Vecchiato auxiliaria na elaboração. O Sr.
189 Nédio Pinheiro colocou que existe a necessidade de alteração da Lei Estadual nº 8.097,
190 que trata do uso e conservação das águas subterrâneas no Estado para que a mesma
191 englobe a outorga de captação de águas subterrâneas, sendo necessário marcar uma
192 nova reunião da CTAS, sugerindo que a mesma fosse realizada no dia 17 de agosto as
193 14 horas, na sala do CEHIDRO na SEMA, o que foi aprovado pelos conselheiros. A
194 conselheira Alessandra Panizi pediu a palavra aos conselheiros e relatou que um cliente
195 seu entrou em 2007 com uma solicitação de licença para perfurar um poço e que como
196 não obteve resposta até o presente momento e recebeu um ofício da SEMA, mais
197 especificamente da SUIMIS, informando que não a mesma não esta tendo condições de
198 atender a demanda por estar com excesso de processos, ponderando que a preocupa o
199 fato da SEMA estar emitindo ofícios informando que ela não tem condições de atender a
200 demanda. O Sr. Nédio Pinheiro colocou que ocorreu um equivoco interno e que eles se
201 precipitaram sem conversar com a SURH, ponderando que a intenção de modificar a
202 legislação e de certa forma retomarmos esta demanda através da outorga. O Secretario
203 Executivo passou então a palavra ao conselheiro Décio Siebert, o qual informou aos
204 conselheiros que participou de uma reunião no Paraná que tratou do pagamento de

serviços ambientais, dentre eles o Projeto Produtor de Água da ANA, ponderando que este programa visa melhor a qualidade de água de zonas rurais através da proteção e recuperação de mananciais. Colocou que nesta reunião foi levantado um questionamento relacionado ao ressarcimento, uma vez que quem tem uma área intocada e efetivamente preservada recebera um terço do pago a quem possui uma área degradada e ira recuperá-la. Ponderou que a pessoa que ira representar o Estado no Seminário do projeto Produtor de Água deve levantar esta questão, pois quem tem a área preservada deve receber maior incentivo que quer ira recuperá-la, talvez ate indo alem, sugerindo que seja exigido que a mesma seja transformada em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, uma vez que o recurso público esta sendo empregado e fazendo isso pode-se obter outras formas de compensação. O Conselheiro Rivanildo Dallacort informou aos conselheiros que em Tangara estão sendo desenvolvidos dois projetos onde são analisados a lixiviação de herbicidas no solo, os quais contam inclusive com a participação da conselheira Eliana Dores. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10h 39min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LEANDRO MARASCHIN

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 23/07/2009.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*